

Pontos Cardeais

Com a responsabilidade de gerir diariamente uma dívida interna de 45 bilhões de dólares, o diretor da Dívida Pública do Banco Central, Carlos Thadeu de Freitas Gomes, fez uma avaliação muito precisa do que falta para o Plano Verão confirmar a expectativa de que vai reverter o quadro hiperinflacionário que se desenhava: efetivo corte nos gastos do governo, com demissão de pessoal ocioso e enxugamento rigoroso do orçamento.

Lembra o diretor da Dívida Pública que a política monetária de juros elevados para as Letras Financeiras do Tesouro não pode perdurar por muito tempo sem onerar as finanças do Tesouro, realimentando o déficit público que se procura reduzir. Ocorre que as taxas de juros estão elevadas para evitar que o congelamento estimule um processo de estocagem por parte da indústria e do comércio e um excesso de consumo por parte da população, no pressuposto de que com o fim do congelamento os preços de diversos produtos tendem a disparar.

O ponto nevrálgico, portanto, é a falta de um termômetro efetivo, ou de uma bússola, para medir a eficiência da política monetária e do próprio Plano Verão que indique que a estrutura de preços relativos da economia — a influência do preço ou do reajuste de cada produto na cadeia de produção — está operando ao sabor do mercado, sem as distorções de antes do plano. Sem a acomodação dos preços ao livre sabor do mercado, não se pode avaliar se a política monetária está, de fato, com juros reais elevados.

Em outras palavras, a prova dos nove do Plano

Verão virá quando as leis do mercado estiverem funcionando. Só então se saberá se uma política de juros reais inibe a especulação. Agora, decididamente, com a manutenção do congelamento, juros reais de 19,05% ao mês desestimulam a estocagem de mercadorias e as aplicações especulativas em dólar e ouro.

Por isso mesmo, para enfrentar a inevitável fase do descongelamento sem que a sociedade volte à velha prática de apostar sempre em inflação crescente (tanto mais que se sairá, como no Cruzado e no Plano Bresser, de uma fase de congelamento para outra de preços livres) é preciso que apareça no horizonte um fato novo que mude as expectativas da sociedade quanto ao futuro. Esse fato é a efetiva realização de cortes que mostrem claramente aos agentes econômicos que houve redução nas despesas do governo e que os resultados da política fiscal não são truques estatísticos, como em janeiro, quando o adiamento do pagamento do funcionalismo para fevereiro, assim como a supressão da correção monetária e o confisco do rendimento dos papéis federais — admitido pelo diretor do Banco Central — geraram grande economia para o Tesouro.

O momento atual é crucial, adverte o diretor da Dívida Pública. As altas taxas de juros reais do *overnight* não poderão ser mantidas por muito tempo para não onerar o Tesouro. Mas o fim do congelamento não pode prescindir da liberdade da política monetária. E esta, sozinha, sem o complemento de uma política fiscal austera, não faz verão, como já se viu na história recente da economia brasileira.

JORNAL DO BRASIL
28 FEV 1989